

I Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: Ensino, Pesquisa, Crítica -26 a 29 de junho de 2012, UFES, Vitória (ES) - Grupo de Trabalho: Africanidades e Brasilidades em Educação

## **Relações Étnico-Raciais E Práticas Educativas Na Educação Infantil: Um Estudo Exploratório**

Edna Martins<sup>1</sup>

**Resumo:** A partir da publicação da Lei no 10.639/2003 e de seus desdobramentos dentre os quais se consolidou as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas em diferentes níveis e modalidades de ensino, o objetivo desse trabalho foi investigar como se constituem práticas educativas de professoras de educação infantil com relação às questões étnico-raciais. O estudo exploratório se deu por meio de entrevistas semi-estruturadas com educadoras de uma escola pública de educação infantil de Guarulhos- SP. A análise das falas das entrevistadas indica que a temática das relações étnico-raciais é quase inexistente em suas práticas educativas cotidianas, sobretudo pela escassez de recursos e materiais sobre o tema dentro da escola. Os resultados também denunciam a insuficiência de cursos de formação continuada, capazes de oferecer aos professores subsídios para o desenvolvimento de ações comprometidas com uma educação antirracista.

### **Práticas educativas na educação infantil e as relações étnico-raciais**

Na evolução da sociedade brasileira e sobretudo, pelas marcas que a escravidão deixou em nossa história, a escola, assim como outras instituições, tem sido palco onde as diferenças são vistas, acentuadas e reforçadas. Em nosso país, como aponta estudos de Telles, 2003 ser branco ou não negro faz toda diferença. Essa diferença pode conferir muitas vantagens e privilégios concretos ou simbólicos, que por sua vez, são capazes de moldar as atitudes,

---

<sup>1</sup> Dra. Em Psicologia da Educação - Universidade Federal de São Paulo- UNIFESP – emartinsunifesp@gmail.com

experiências, identidades pessoais, visões, concepções de mundo e práticas políticas.

Sobre a história do negro na educação, Santos (2005) nos oferece um apanhado e uma discussão sobre as leis que moveram e foram movidas pelo movimento negro no Brasil, entretanto o que temos visto é que as conquistas a partir de leis como a 10.639/03 e a implementação de lei de cotas nas universidades públicas por exemplo, estão longe de conseguir mudar a realidade do negro nas escolas brasileiras. A miséria e a discriminação social ainda hoje colocam o negro brasileiro, num patamar de marginalizado e excluído socialmente. A escola, vista outrora como redentora da humanidade (Patto, 1996), foi também vista pelos pobres e negros como uma das únicas formas de ascender socialmente. Valorizada pela família e pela sociedade, teria o poder de fazer com que o pobre e neste caso, o negro pudesse “cruzar os umbrais do progresso”. Entretanto, a escola não cumpriu e não tem cumprido esse papel, já que quase metade de nossas crianças em escolas públicas brasileiras não possuem nem mesmo níveis de leitura e escrita adequados para a idade (ver relatório técnico do Saeb, 2003)

Um dos primeiros trabalhos a constatar o tratamento diferenciado que se dava à criança negra na educação infantil foi o de Cavaleiro (2000). Esse estudo apontou para a escola como um espaço de trocas interpessoais permeadas de crenças racistas, silenciadas por professores pela famílias das crianças. As constatações da pesquisadora foram muito além de comprovar a existência da valorização do branco em detrimento ao negro, sobretudo no que se refere aos padrões de beleza. Várias cenas observadas no interior da escola, mostrou o quanto a criança negra sofre ao ser menos acolhida nos seus contatos físicos com os colegas e com a professor o que pode gerar nesses pequeninos a interiorização de inferioridade e, portanto a incorporação de modelos racistas de comportamento, assim como o desejo de clareamento, perdendo os referenciais do grupo de pertencimento e negação de suas características, atitudes que comprometem o desenvolvimento de processos de formação de identidade.

Sob a mesma perspectiva Souza (2002) verificou em seu trabalho questões muito próximas das observadas por Cavalleiro (2000). Observou-se o desejo das crianças negras em se tornarem brancas, com outro tipo de cabelo,

num processo de negação de suas características físicas, autoimagem e portanto, de sua condição racial. Nesse sentido, as práticas educativas dos professores da educação infantil, segundo a autora no que tange o preconceito e as questões raciais são tratadas com base no senso comum, produzindo e reforçando comportamentos ainda mais excludentes e racistas nos contextos da escola.

Um trabalho recente de Oliveira e Abramowicz (2010) que buscou analisar as práticas educativas que ocorriam em uma instituição de educação infantil com ênfase na criança negra, constatou que as práticas de “paparicação” comuns na creche em situações em que as educadoras demonstravam determinado “carinho” em relação a determinadas crianças, eram na maioria das vezes destinadas apenas as crianças brancas. Segundo as autoras, na maior parte do tempo as crianças negras ficavam fora dessa prática da paparicação, em um processo de exclusão diferente de um ato de segregação, cabendo a elas apenas um “carinho diferenciado, com menor paparicação”, o que também ocorria com aquelas crianças brancas que não figuravam entre os “preferidos” das professoras.” (p. 218).

Partindo de uma perspectiva histórico-cultural esse trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa realizada em uma instituição de educação infantil situado no município de Guarulhos – São Paulo. O objetivo principal foi o de compreender como se dão as práticas educativas de professores junto à crianças pequenas com relação a temática étnico-racial, principalmente no que se refere a questão do negro e de sua identidade no Brasil. As conclusões ainda que parciais, tendem ao apontamento da importância da implementação de políticas públicas de formação de professores da educação básica para a construção de uma escola antirracista.

## **Metodologia**

A investigação ocorreu em uma escola municipal de educação infantil localizada na periferia da cidade de Guarulhos, grande São Paulo. Numa perspectiva qualitativa, a pesquisa se deu a partir de entrevistas semiestruturadas com 14 professoras que voluntariamente se dispuseram a participar e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. As entrevistas realizadas por duplas de pesquisadores, foram gravadas e, posteriormente transcritas em sua íntegra.

As falas das professoras foram analisadas a partir do referencial da Psicologia histórico-cultural e apontam para a discussão de três aspectos cruciais a respeito das relações étnico raciais na educação infantil, quais sejam: Formação e recursos para uma educação étnico-racial; práticas das professoras em situações de preconceito racial e, o trabalho com a questão étnico-racial na educação infantil. É importante ressaltar que utilizamos o critério de auto identificação com relação a cor das participantes e todos os nomes apresentados são fictícios.

### **Discussão dos resultados**

A temática das relações étnico-raciais está muito longe de ser contemplada em todos os âmbitos da educação infantil. As professoras da instituição escolar investigada parecem fazer uso de poucos recursos para o trabalho com as crianças, com poucos materiais e sobretudo insuficiente acesso às informações que tramitam no âmbito das políticas públicas no campo das relações raciais.

Ainda que muitas das professoras entrevistadas apontem que esporadicamente trabalham com a questão racial na escola, o material que elas têm disponível para as suas ações é, de fato, bastante escasso como aponta uma professora negra: *“Olha aqui tem pouquinho mesmo, não tem muita variedade não, nós queremos alguma coisa, nós como professoras que acabamos fazendo porque não tem muito”*. A maioria das entrevistadas citaram um único livro utilizado para esse trabalho com as crianças: *“O que a gente tem aqui é “Menina bonita do laço de fita”*. *Essa história... Eu não lembro de alguma outra”* (Professora Ana - negra). Quando questionadas sobre esses livros de histórias infantis que abordam a temática étnico-racial, uma das professoras demonstra em sua fala que apesar de terem um bom acervo de obras de literatura infantil, desconhece o a existência de obras literárias dessa ordem para o trabalho com as crianças.

A maioria demonstrou dificuldades em declarar sua própria cor e certo desconforto em tratar da temática com os pesquisadores. Falar sobre preconceito racial, ainda parece ser um tabu ou um assunto que deve ser cercado de cuidados, principalmente para não parecer que está sendo racista. Tudo isso se deve ao fato de que ao ser interpretado como racista, a pessoa pode ser alvo de processos judiciais.

Sobre a questão racial, é que agora que está vindo mais, está sendo mais trabalhada, porque antes eles eram excluídos mesmo né? Hoje tem a lei que protege, você não pode estar discriminando, nem na maneira de falar, você tem que tomar cuidado com as palavras né? Porque tudo agora vem pro lado da pessoa né? (Professora Ana – negra).

Outras professoras declaram ainda, que não se sentem seguras para trabalhar a questão com as crianças pequenas: “[...] *Que, para ser sincera, a gente ainda não está preparada. Eu não sei como dar uma aula sobre a questão racial. Eu acho assim, que eu ensinando ele a respeitar o outro, aí ele respeita deficiência física, a questão de cor*”. (Professora Pâmela – negra)

Quando questionadas sobre o fracasso da criança negra no ensino fundamental, as professoras são unânimes em apontar a questão social como o principal fato desencadeador do insucesso da criança negra na escola. Mesmo quanto apontados dados sobre alunos negros e pardos, retirados do sistema de avaliação do ensino básico (SAEB), as educadoras culpabilizam a família pobre, as condições adversas de vida e o sucateamento da escola pública e, nunca o fator “cor” ou “raça” como sendo um dos elementos que podem levar o aluno negro a ter problemas no contexto de aprendizagem.

Os relatos das professoras entrevistadas apontam para a constatação da inexistência de ações pedagógicas que visem a discussão da temática étnico-racial, e a valorização da diversidade cultural, principalmente no que se refere a questão da criança negra. De um modo geral, as pequenas ações que ocorrem são sempre pontuais e pautadas em datas comemorativas nas quais a escola como um todo realiza atividades dentro do mesmo eixo. Constata-se, portanto que o trabalho com a diversidade étnico-racial é escasso e ocorre apenas no sentido de resolver uma obrigatoriedade curricular específica e não como expressão de uma prática educativa eficaz e constante que se propõe ao enfrentamento das vivências de preconceito e de valorização da identidade e cultura do negro.

Aí na Consciência Negra a gente se [...] E no Folclore. Na época do Folclore, não num feriado específico, mas na época do Folclore que a gente também traz a história do Saci. Acho que só. [...] Normalmente em novembro a gente faz alguma coisa

ligada a isso. Então, eu acredito que já teve o ano passado sim, mas normalmente é nessa época do ano mesmo, porque aí a gente lembra. (Professora Cintia - branca)

Tanto as professoras brancas, quanto as negras apontam a ineficiência desse trabalho na educação infantil. Demonstam ter dificuldades em lidar com a temática racial com crianças pequenas e, parecem estar seguras de que o trabalho realizado em datas específicas é suficiente para dar conta de um assunto tão complexo na escola. As afirmações são genéricas como “trabalhamos o tema” ou confusas e conflitantes como “na época do folclore”, demonstrando o quanto a formação que receberam ou recebem é de fato incipiente. Sobre esse assunto, Dias (2007) em seu trabalho com professoras da educação infantil, comprovou que as relações étnico-raciais na escola podem ser modificadas a partir da formação continuada dos educadores. A pesquisadora investigou o impacto de cursos sobre a temática racial nas práticas educativas de professoras de creche e constatou que após terem recebido formação, puderam desenvolver ações pedagógicas eficazes no combate ao racismo no contexto escolar.

Em nosso trabalho, as professoras dizem não receberem nenhum treinamento para lidarem com a temática e apontam que os cursos de formação oferecidos pela rede municipal de ensino são poucos e de difícil acesso, já que muitos ocorrem em dias e horários que impossibilitam a participação daquelas que trabalham em jornada dupla. Como aponta a professora Cristina: “[...] *curso de formação nessa área, eu não tenho nenhum. [...] Eu acho que a rede fornece, mas é aberto pra quem quiser. Ninguém é obrigado a fazer. Depende da disponibilidade de horário, de dias, etc*” (Professora negra).

Além de se mostrarem despreparadas para lidarem com a temática das relações étnico-raciais, as professoras demonstram a dificuldade em declarar a composição racial ou a cor das crianças de suas turmas. Acreditam que devemos tratar a questão de forma natural, pois falar sobre racismo e diferença pode aumentar as formas de discriminação na escola. É como se ao falar sobre o assunto estivessem favorecendo ainda mais as atitudes e comportamentos das crianças para um olhar inadequado para o desigual, o inferior, o diferente, incitando ainda mais a discriminação e o preconceito, por isso vence o silêncio e

muitas vezes, a omissão, como discutido no trabalho de Abramoway e Castro (2006).

Além de silenciarem-se as educadoras tendem a naturalizar as atitudes discriminatórias, dando pouca atenção ou tratando comportamentos discriminatórios como de pouca importância ou como “coisa de criança”. As falas de algumas professoras apontam para essa naturalização. Para elas tratando todas as crianças como “iguais” não há necessidade de qualquer ação pedagógica que delimite diferenças entre negros, brancos, indígenas ou amarelos.

Na verdade eu sou contra levantar uma bandeira contra o racismo, como eu falei agora, eu acho que é algo natural, quanto mais você levanta essa bandeira, mais você dá crédito, então eu acho que desde o início você tem que tratar como algo natural, que faz parte. [...] Eu sou contra trabalhar explicitamente essa questão de segregação racial. (Professora Patrícia – branca)

Sobre essa questão Abramoway e Castro (2006) apontam que nos discursos sobre a percepção das diferenças ou como elas são de fato percebidas, observa-se uma tendência de negação das diferenças raciais no contexto da escola. Esse discurso é construído como uma prática comum na maioria das escolas e gira em torno de falas de que “somos todos iguais”; demonstra-se como concepção bastante difundida, encontrada em relatos de todos os atores do ambiente escolar.

Embora, a maioria dos educadores tente negar que há preconceito racial na educação infantil, há vários estudos que confirmam essa hipótese, como o de Rosenberg (2001) que aponta que as crianças negras são desde pequenas vítimas de diferentes formas e consequências de situações de racismo, principalmente nos contextos da escola. A maioria não recebe afeto e muitas são menosprezadas por suas características físicas e ou fenotípicas, podendo ser retidas nas primeiras fases de escolarização por conta de um “pessimismo racial” que as colocam num nível intelectual inferior.

Pelo fato de as professoras não terem uma formação adequada com relação às questões étnico-raciais e essa não ser um temática trabalhada de

forma contínua na escola, as professoras aos poucos foram apontando cenas cotidianas em que existe a presença de discriminação entre as crianças.

A gente começou a perceber que muitos alunos estavam se distanciando de um moreninho, mas um pouco mais carente. Então a gente trouxe essa história para mostrar para eles que gente morena também é princesa, também tem pais reis, também tem rainhas morenas. [...] Eu presenciei o ano passado, mas como eu te falei, a questão dele ser um pouco mais carente, de só ter ele como negro na sala, então ele estava sempre mais sujinho, então eu acho que foi tudo isso junto, não foi uma questão só racial. (Professora Cintia – branca)

Como visto na fala da professora, o menino negro vítima de discriminação pelos colegas é descrito como “moreninho” e também como “um pouco carente”, o que evidencia a sua tentativa de não reconhecimento do preconceito racial e das atitudes discriminatórias de algumas crianças. A professora reforça em sua fala que não acredita que essas ações das outras crianças se deva a questão “cor”, mas ao fato de ser uma criança pobre e estar mais “sujinho”, ainda que seja o único aluno negro da turma.

Os comportamentos de discriminação na escola podem ocorrer tanto na interação entre crianças, como com os adultos que se ocupam delas. Teles (2008) em um estudo numa instituição de educação infantil constatou em suas observações que nas interações entre a professora e as crianças, havia ausência do contato físico e de comportamentos dialógicos. A atenção dada a criança negra era rara, assim como qualquer elogio dispensado a ela, o que pode colaborar com desenvolvimento de sentimentos de incapacidade, influenciando de forma negativa a autoestima dessas crianças. A autora destacou que a concepção que as crianças negras têm sobre si própria está comprometida pela forma como são percebidas pelas crianças brancas. Questões como a auto-identificação com o branco por grande parte das crianças negras, referenciais de beleza pautados na branquitude e uma representação negativa do negro estiveram presentes na representação das crianças negras sobre sua própria cultura e identidade. Nesta direção uma das professoras aponta:

Sim no comecinho do ano, quando nós íamos ensaiar para alguma festa, a criança não queria segurar na mão daquele e sim

do outro porque era mais bonitinho, porque as crianças veem a cor também, eles são assim, querem o mais bonitinho, parece brincadeira mas não é não”. [...] e as vezes nas crianças pequeninas a gente já vê isso, eles escolhem as pessoas mais bonitas, as brancas, para brincar junto as vezes eles não querem [...] (Professora Suelen – negra)

A fala da professora reafirma a existência do preconceito na escola de educação infantil, deixando claro que as crianças brancas recusam-se a brincar com as negras. A própria educadora utiliza-se de elementos de valorização de beleza pautadas na branquitude, quando diz que as crianças querem brincar apenas com as mais bonitas, as loiras ou as brancas. Percebe-se que as dificuldades dessas professoras em reconhecer a beleza do negro e trabalhar isso com as crianças são, de certa forma, o expressado nesses relatos, o que corrobora com as atitudes preconceituosas de seus alunos.

### **Considerações finais**

É na educação infantil que se plantam as primeiras sementes para a formação da identidade e da personalidade da criança que um dia se tornará um adulto. É ainda nesse período que devemos estar atentos à formação de valores, hábitos e princípios humanos que possam se interpor e combater qualquer forma de manifestação preconceituosa, racista ou discriminatória.

Os dados desse trabalho vieram corroborar com os estudos que apontam a necessidade de um trabalho mais adequado na formação continuada de educadores já que a maioria das entrevistadas afirmaram a dificuldade em lidar com a temática em suas ações pedagógicas. Os dados também evidenciaram o despreparo das educadoras observado quando da naturalização de atitudes discriminatórias entre as crianças, a folclorização do assunto e no silenciamento com relação à temática, apontando para a escassez de recursos necessários ao combate do preconceito na direção de uma educação antirracista. A questão fica ainda mais complexa quando a escola não oferece livros ou materiais didáticos para a implementação de ações pedagógicas ou não disponibiliza em seu curriculum um espaço significativo para o trabalho com a temática.

É importante acrescentar que o trabalho intenso com ações que possibilitem a discussão da diversidade já na infância é urgente e necessário tanto para formação da identidade de crianças afrodescendentes e valorização de sua cultura, quanto daquelas que precisam aprender a viver em uma sociedade multicultural. É papel de todo e qualquer educador, independente de raça, cor, religião ou filiação política, a tarefa de educar em prol de uma sociedade mais justa. Só dessa forma poderemos ter de fato, uma escola que possa romper com preconceitos, estereótipos e toda e qualquer atitude discriminatória.

### Referências

- ABRAMOVAY, M. e CASTRO, M. G. (Coords.). *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*. Brasília: Unesco, Inep, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.
- CAVALLEIRO, E. dos S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- DIAS, L. R. Educação Infantil e a Construção de uma Educação Antirracista: Desafios e Proposições. Revista da PUCVIVA, n. 28 – Publicação Acadêmica e Informativa Trimestral dos Professores da PUC-SP, 2007.
- FUNDAÇÃO CESGRANRIO (2004). *Relatório técnico do SAEB: fatores associados ao desempenho em língua portuguesa e matemática: a evidência do SAEB 2003*. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio.
- OLIVEIRA, F. de & ABRAMOWICZ, A. Infância, raça e "paparicação". *Educ. rev.* [online]. 2010, vol.26, n.2, pp. 209-226.
- ROSEMBERG, F. Crianças negras e indígenas têm pior condição de acesso, permanência e sucesso no sistema educacional. (Opinião) em Redação – ABC Educativo – Brasil. 27/9/2005
- PATTO, M. H. S. (1996). A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz.
- SANTOS, S. A. dos. "A lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro" in: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no 10.639/03. Coleção Educação para todos. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- SOUZA, Y. C. de. *Crianças negras: deixei meu coração embaixo da carteira*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

TELLES, E. Repensando as Relações de Raça no Brasil. *Teoria e Pesquisa*, São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, n. 41- 42, jan./jul. 2003.

TELES, C. de P. Linguagem escolar e construção da identidade e consciência racial da criança negra na educação infantil. *Revista Anagrama*. Revista Interdisciplinar da Graduação. USP, ano 1, ed. 4, jun./ago. 2008.